

# A Praça dos Três Poderes se livra do grande mastro

Brasília

25 JUN 1985

JORNAL DO BRASIL

Augusto Guerra

**B**RASÍLIA — Em 15 de março passado, não fosse o cancelamento da grande festa que marcaria o início da Nova República, em razão da doença do Presidente Tancredo Neves, a Praça dos Três Poderes seria palco de uma **performance**, pelo menos, insólita. Em dois palanques frontais dispostos próximo ao grande mastro onde tremula uma Bandeira brasileira de 286 metros quadrados, a banda de rock Detrito Federal e o cantor Waldick Soriano procurariam reconstituir um episódio bíblico.

Só que, em vez de destruir as muralhas de Jericó, a execução simultânea dos acordes "bregas" e "rockeiros" tinha outro alvo: estremecer as 24 hastes de ferro, de 86 metros cada, que compõe a estrutura do mastro para derrubá-lo.

Ele é um monumento ao autoritarismo, define o poeta e jornalista Tete Catalão, atual chefe de gabinete da direção da Fundação Cultural do Distrito Federal e idealizador do inimaginável concerto que não se realizou: "Poderiam tomar com provocação", justifica.

Criado pela lei 5.700, de 1º de setembro de 1971, como um dos atrativos para a festa do Sesquicentenário da Independência do país, no ano seguinte, o mastro foi inaugurado 15 meses depois, em 19 de novembro (Dia da Bandeira) de 1972.

Considerado pelo regime militar "o símbolo perene da pátria" e palco de solenidades mensais para a troca do pavilhão, o Grande Mastro (apelido de "mastrão" e outros aumentativos fálicos) deixará, em breve, a Praça dos Três Poderes, ainda com destino ignorado. Dará lugar a uma pira projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, autor do plano arquitetônico de Brasília, em especial, os monumentos e palácios que compõem o cenário da praça.

Niemeyer, apoiando-se na ética profissional, mantém-se em discreto silêncio (não é contra a obra projetada pelo arquiteto Sérgio Bernardes, apenas considera sua retirada necessária à construção do panteão que irá complementar o conjunto arquitetônico da praça). Diplomaticamente, mas também para satisfazer antigo desejo seu, o arquiteto propõe ainda a derrubada do pombal, erguido para atender a um desejo da ex-primeira-dama Eloá Quadros, mulher do ex-presidente Jânio.

Igualmente éticos, os colegas de profissão preferem não discorrer sobre o assunto, como revela o arquiteto Edgar Graeff, contemporâneo de Niemeyer. Ele admite porém que o monumento fere a harmonia do conjunto arquitetônico (essa é a principal crítica dirigida ao mastro). "Se estivesse em outro local, talvez fosse melhor", diz Graeff, que propõe que se encontre uma "maneira delicada para tirá-lo de lá".

A retirada do mastro ainda não tem data marcada. "Não é uma prioridade da nossa administração. Além disso, faltam-nos recursos financeiros para cuidar de obras no momento. Primeiro vamos procurar resolver as questões sociais", diz o Governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, envolvido em terminar com as greves de 25 mil professores e profissionais da área de saúde do GDF.

Sempre considerado um "estranho" para muitos habitantes de Brasília — "ninguém se lembra como ele apareceu", apostila o poeta Tete Catalão — o mastro tornou-se alvo de críticas de todo o país nos dias subsequentes à morte de Tancredo Neves. Perante uma revolta da multidão que se amontoava diante do Palácio do Planalto à espera do esquife com o corpo do Presidente, a Bandeira insistia em se manter no topo do mastro.

"Trata-se de um símbolo de segurança nacional e não pode ser baixada em nenhuma hipótese", disseram na ocasião os porta-vozes do Governo.

A razão, porém, era tecnológica: o elevador que faz subir e descer o grande pavilhão simplesmente não pára a meio-pau ou "meio-ferro", como preferem os mais realistas. "Até nisso o mastro-monstro é insensível, extremista e radical, como os Governos anteriores", compara Tete Catalão.

A idéia de construí-lo se deu, de acordo com um antigo colaborador do Governo Médici, hoje coronel da reserva, "num acesso de ufianismo". Segundo o militar, foi uma articulação do serviço de propaganda do Exército, com participação efetiva dos coronéis Rubem Ludwig e Toledo Camargo. Além disso, a altura do mastro (100 metros, até o topo) tinha razões políticas: ser mais alto que o prédio do Congresso Nacional, sede do Legislativo.

O General Ruperto Clodoaldo Pinto, chefe do Centro de Comuni-

cação Social do Exército, diz apenas que a retirada do monumento é "uma atitude do governo" e não tem nada a declarar sobre o assunto. O general acha, porém, que embora o mastro possa "não ser bonito", é preciso considerar que se trata de um símbolo nacional, criado por lei e sua estrutura de ferro também se justifica: "Tem que ser forte para sustentar aquela Bandeira".

Uma fonte do quartel-general do Exército admite que "vários coronéis estão indignados" perante a probabilidade da destruição do mastro que poderá, no entanto, nem se concretizar. O próprio Niemeyer propõe que o monumento seja transportado para outro ponto da cidade — "talvez a rodovia", a cerca de 15 quilômetros de onde se encontra.

Teté Catalão, inspirando-se mais uma vez na Bíblia, e por considerar o mastro "uma arma de guerra", sugere sua fundição e transformação em arado, "para a reforma agrária do Presidente Sarney".

A questão, entretanto, deve ser discutida e estudada com calma, na opinião do cartunista Ziraldo Alves Pinto, atual Presidente da Funarte.

— Se depender de mim, ele sai, mas não se pode agir com a mesma violência utilizada para colocá-lo — enfatiza, completando: — Acho apenas que o Sérgio Bernardes não deveria ter aceito essa encomenda. Quem aceita fazer isso, merece que a obra seja desfeita.

Sérgio Bernardes, por sua vez, observa:

— Eu terminei o mastro mas Oscar Niemeyer ainda não terminou Brasília. Por isso está no direito de decidir se ele fica ou não fica.

Tranquilo, afirmando que não tem nenhum ressentimento do amigo e "irmão" Niemeyer, o arquiteto Bernardes, idealizador do mastro de 12 metros de largura por 105 de altura, construído na Praça dos Três Poderes, em Brasília, coloca seu trabalho e as plantas do mastro à disposição de Oscar. Ele explicou que o mastro foi criado por uma lei federal do Governo Médici, redigida pelo General Otávio Costa, que dizia que todos os Estados e territórios reunidos no diálogo elevariam o pavilhão nacional. Sendo assim, cada marco que ali está representa um Estado e um território enquanto o diálogo é representado pelo anel de base.